ISSN 2525-4812 (versão online)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 25/4/2021
Aprovado para Sober 2021: 31/5/2021
Aceito para RTMA: 28/2/2022
Período de publicação: 2022

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 19 • 2022)

Como citar o artigo:

ALVES, M. C; SANTOS, R. M. M; PEREIRA, A. V. A.; LIMA, F. A. X. Ater para atingidos por barragens em tempos de pandemia: Abordagens e perspectivas a partir de experiência piloto no Ceará. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 19, p. 57-77, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2022v8i19.p57-77

ATER PARA ATINGIDOS POR BARRAGENS EM TEMPOS DE PANDEMIA

ABORDAGENS E PERSPECTIVAS A PARTIR DE EXPERIÊNCIA PILOTO NO CEARÁ

Marina Calisto Alves[1]
Ruggeri Mikahaknem Mariano Santos[2]
Ana Vitória de Araújo Pereira[3]
Filipe Augusto Xavier Lima[4]

Resumo: As políticas de assistência técnica e extensão rural (Ater) no Brasil passaram por diversas modificações ao longo do tempo, não obstante permanecem sendo importantes mecanismos de promoção do desenvolvimento rural sustentável e de fomento ao acesso dos agricultores familiares a outras políticas públicas. Nesse cenário, considerando o universo diverso da agricultura familiar no país, têm-se como sujeitos sociais que habitam o campo brasileiro as populações camponesas atingidas por barragens. Essas populações, historicamente, permaneceram à margem de diversas políticas sociais. Entretanto, visto os impactos ocasionados pelo processo de deslocamento compulsório a que são submetidas, entende-se que a Ater pode ser um importante mecanismo para contribuir no processo de reconstrução da dinâmica socioprodutiva dessas famílias nos seus novos locais de moradia. Dito isso, o presente trabalho tem como objetivo descrever uma experiência de implementação de um projeto piloto de Ater em reassentamentos atingidos por barragens no estado do Ceará, de modo a explorar as potencialidades, abordagens utiliza-

[1] Engenheira-agrônoma, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema) da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE.
E-mail: marinacalisto.agr@gmail.com
http://orcid.org/0000-0001-7038-2890

[2] Engenheiro-agrônomo, técnico extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará (Ematerce), Fortleza, CE.
E-mail: ruggeri.mariano14@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-1648-6538

[3] Engenheira-agrônoma, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema) da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE.
E-mail: anaviaraujop@gmail.com
http://orcid.org/0000-0002-9319-1947

[4] Engenheiro-agrônomo, doutor em Extensão Rural, professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Rural (PPGER) da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE.
E-mail: filipeaxlima@ufc.br
http://orcid.org/0000-0003-4235-1311

das, perspectivas e desafios, acentuados pelo período de isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19 no ano de 2020. Utilizou-se uma metodologia de caráter descritivo e exploratório, com o foco em uma análise qualitativa. Assim, identificou-se que experiências do gênero ainda são escassas em nível nacional, e que a realidade analisada aponta para a importância de políticas de Ater como parte do processo de garantia de direitos e de compensação social para famílias atingidas por barragens, sendo uma ferramenta fundamental para a reterritorialização dessas populações.

Palavras-chave: políticas públicas, barragens, populações atingidas, extensão rural, direitos.

ATER FOR AFFECTED BY DAMS IN PANDEMIC TIMES: APPROACHES AND PERSPECTIVES FROM THE PILOT EXPERIENCE IN CEARÁ

Abstract: The Technical Assistance and Rural Extension (Ater) Policies in Brazil have undergone several modifications over time, nevertheless, they remain important mechanisms to promote sustainable rural development and to encourage family farmers' access to other public policies. In this scenario, considering the diverse universe of family farming in the country, the peasant populations affected by dams are the social subjects that inhabit the Brazilian countryside. These populations have historically remained on the margins of various social policies. However, considering the impacts caused by the process of compulsory displacement to which they are subjected, it is understood that Ater can be an important mechanism to contribute to the process of reconstructing the socio-productive dynamics of these families in their new places of residence. That said, the present work aims to describe an experience of implementing a pilot project for Ater in resettlements affected by dams in the state of Ceará, in order to explore the potentialities, approaches used, perspectives and challenges, accentuated by the period of social isolation resulting from the Covid-19 pandemic in 2020. A descriptive and exploratory methodology was used, with a focus on qualitative analysis. Thus, it was identified that experiences of this kind are still scarce at the national level, and that the analyzed reality points to the importance of Ater's policies as part of the process of guaranteeing rights and social compensation for families affected by dams, being a tool fundamental for the reterritorialization of these populations.

Keywords: public policies, dams, affected populations, rural extension, rights.

Introdução

As políticas de assistência técnica e extensão rural (Ater) passaram por diversas modificações no Brasil, tanto nos aspectos legais, de execução, como no tocante às concepções e metodologias ao longo do tempo (RAZERA, 2013). Não obstante, a partir da década de 1990, em um cenário de enfraquecimento das políticas públicas no país, em conjunto com as problemáticas na questão agrária nacional e com os sucessivos conflitos no campo, as políticas de Ater também passaram por nova configuração.

Esse processo culmina especialmente com os debates surgidos no tocante a formulação do conceito de agricultura familiar. Organizações sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e movimentos sindicais, como a Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (Contag), passaram a utilizar a definição de agricultor familiar, fomentando diversas iniciativas e estudos acadêmicos e intensificando as ações de reforma agrária, fortalecendo assim essa categoria de produtores rurais. Por assim dizer, o conceito de agricultura familiar passou a embasar um conjunto de políticas públicas. Nesse processo, os movimentos sociais, sindicais e

entidades do Terceiro Setor passaram a reivindicar o fortalecimento da Ater como política pública gratuita, universal e descentralizada (PEIXOTO, 2009).

Dessa forma, com base nas diretrizes da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e considerando as reivindicações dos setores sociais, o serviço público de Ater, especialmente após a formulação da Política Nacional de Ater (Pnater) de 2004 e da Lei de Ater (nº 2.188 de 11 de janeiro de 2010) (BRASIL, 2010), passou a adotar como centralidade o atendimento aos agricultores familiares a partir de uma estrutura mínima, que por sua vez é o caminho para a chegada de outras políticas públicas. Por isso, a Ater, vinculada a uma instituição estatal ou não estatal, configura ferramenta indispensável para o desenvolvimento rural.

Partindo dessa compreensão, e assumindo os pilares que norteiam a Pnater, é fundamental que se considere a diversidade existente no meio rural brasileiro. Nesse universo, estão presentes as comunidades, famílias e populações atingidas por grandes empreendimentos hídricos, hidrelétricos e de mineração, cujos processos de impactos e violações de direitos têm se tornado mais visíveis em nível nacional a partir dos rompimentos de barragens ocorridos em Minas Gerais nos anos de 2015 e 2019 (ALVES, 2019).

Entendendo que se trata de populações que habitam o campo brasileiro, é imprescindível reforçar que os impactos são ainda mais relevantes, visto que essas populações constroem as suas dinâmicas de vida, produção e reprodução social por meio do vínculo que possuem com a terra e com os rios. Também é importante salientar que, por mais que hoje em dia, essa problemática esteja sendo mais debatida, estudada e refletida, se trata de um problema com raízes históricas. Os atingidos, notavelmente, foram invisibilizados, a partir de um discurso de apoio ao progresso e desenvolvimento embutido na lógica das grandes obras. Por essa razão, essas populações também ficaram à margem de diversas políticas públicas.

Ao analisar o avanço das políticas públicas de Ater no Brasil, especialmente com a instituição da Pnater e da Lei de Ater (BRASIL, 2010), ainda se enxergam poucas especificidades ao tratar dos atingidos por barragens, ficando essas populações superficialmente abrangidas na categoria de assentados da reforma agrária, povos indígenas, remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades tradicionais. Entretanto, entendendo que essas populações vivenciam um processo de desmantelamento territorial ou desterritorialização nos aspectos sociais, econômicos, produtivos, ambientais e culturais (PEREIRA, 2013), e consequentemente são submetidos a um processo de deslocamento compulsório e de realocação em novas áreas, assume-se que esses agricultores atingidos precisam empreender diversas estratégias socioprodutivas para se restabelecer nos novos espaços em que são realocados. Esse processo provoca diversos efeitos na dinâmica socioprodutiva das comunidades atingidas (ALVES, 2019). Assim, assumindo que a Ater é uma ferramenta de fomento ao acesso às políticas públicas, entende-se também que se trata de um instrumento de fundamental importância para contribuir na reestruturação da vida de agricultores familiares atingidos por barragens.

A partir dessa contextualização, o presente trabalho tem como objetivo descrever uma experiência específica de projeto de Ater com populações atingidas por barragens no estado do Ceará em um período de pandemia, ocasionado pelo surgimento de um novo coronavírus (Covid-19), destacando a abordagem utilizada nesse processo, além dos desafios, adaptações tec-

nológicas, perspectivas e reflexões alcançadas com o desenvolvimento do trabalho. É importante situar que essa experiência foi uma conquista coletiva das famílias organizadas no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no estado, que vem pautando e avançando na formulação de políticas públicas específicas para essas populações junto ao Governo do Estado do Ceará.

As políticas públicas de Ater

Os serviços de Ater no Brasil têm início em 1948, no estado de Minas Gerais, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar), entidade sem fins lucrativos estruturada nos moldes da experiência norte-americana, incentivada pelo empresário americano Nelson Rockfeller (CASTRO; PEREIRA, 2017). A Acar propunha a mudança do modo de vida tradicional, considerado atrasado, a partir da implementação dos métodos científicos na área produtiva, aperfeiçoamentos na habitação e até no modo de administrar o lar, acreditando, assim, combater a pobreza e alcançar a melhoria das condições sociais e econômicas da população rural lançando mão do crédito supervisionado, como relata Pettan (2010).

O período que compreende a origem da extensão rural brasileira em 1948 até os primeiros anos da década de 1960 corresponde, conforme a classificação de Rodrigues (1997), à primeira fase da extensão rural brasileira, denominada como humanismo assistencialista. Segundo a autora, o estado não se fazia muito presente e tampouco existiam normas de como deveria proceder com as atividades da Ater no meio rural nesse período, uma vez que não se tinha a percepção de todo o potencial da agricultura para a economia do país por meio do uso intensivo de tecnologia no campo.

Na década seguinte, sucedeu-se a criação de demais instituições de Ater nos outros estados da Federação, seguindo os moldes da Acar no estado mineiro, ainda que sem uma participação efetiva do governo federal (CASTRO; PEREIRA, 2017), e em 1956 é criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar). A extensão rural promovida pela Abcar tinha como objetivo central o aumento da produtividade no campo, assim passou a ser priorizado o ensino de novas técnicas e a difusão de tecnologias a serem adquiridas via crédito rural (OLIVEIRA, 2013).

A década de 1960 é marcada pela conhecida Revolução Verde, na qual as inovações tecnológicas avançaram rapidamente no cenário rural brasileiro, modificando a prática de agricultura até então estabelecida no país, o que demandou a presença de profissionais capacitados para orientar os produtores rurais no domínio e uso dessas inovações técnicas (CASTRO; PEREIRA, 2017). Assim, por muito tempo, a Ater "[...] esteve baseada na teoria da difusão de inovações, o que levou os extensionistas a voltar sua atuação para a transferência de tecnologia, tendo como objetivo a modernização conservadora da agricultura" (CAPORAL; RAMOS, 2006, p. 3). Essa etapa da extensão rural brasileira foi chamada por Rodrigues (1997) de período produtivista difusionista, perdurando até 1984.

Segundo Castro e Pereira (2017), esse modelo de Ater, caracterizado pela estreita relação com o crédito rural subsidiado, veio a se consolidar como o instrumento central de desenvolvimento rural do governo federal entre os anos de 1960 a 1986. Castro (2015) relata que, ao passo que fornecia auxílio financeiro em troca de apoio ao seu projeto de desenvolvimento rural, o Estado brasileiro foi, paulatinamente, exercendo influência e controle sobre as instituições es-

taduais de Ater que estavam em crescimento. De modo que, em 1975, foi fundada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), e as instituições estaduais, até então denominadas Acars, foram nomeadas como Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e passaram a funcionar sob o controle e apoio financeiro da Embrater, que incorporou a Abcar (CASTRO, 2015; CASTRO; PEREIRA, 2017).

A partir da dissolução da Abcar, substituída pela Embrater, os serviços de Ater passaram a ser fornecidos preferencialmente para os grandes e médios empresários rurais, beneficiários do crédito rural subsidiado, pois apresentavam maior potencial para adoção dos pacotes tecnológicos mais avançados elaborados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (RODRIGUES, 1997). A extensão rural torna-se, então, um eficaz mecanismo capitalista de captação no meio rural, afirma a autora.

Com a retomada da democracia no país, após o fim da ditadura militar em 1985, ganharam força as discussões acerca da reforma agrária, agroecologia e do serviço público brasileiro (PEIXOTO, 2009). Esse novo panorama na política brasileira proporcionou também, em 1986, a criação de um movimento social extensionista denominado Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores de Assistência Técnica e Extensão Rural e Serviço Público do Brasil (Faser), destaca o autor.

As críticas feitas ao modo de produção agrícola convencional adotado e os impactos ambientais e sociais consequentes da Revolução Verde levaram à reflexão sobre os serviços de Ater e o modelo produtivo estabelecido (BARROS, 2016). Nesse cenário, a Embrater passou a defender o desenvolvimento rural pautado nas premissas: ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável. Estimulando, assim, ações direcionadas aos pequenos produtores e assentados rurais, de forma preferencial (PEIXOTO, 2009).

Essa mudança marca o início da terceira etapa da extensão rural, o chamado humanismo crítico, no qual o progresso tecnológico não mais era incentivado de forma impositiva. Assim, o produtor passou a ser enxergado como sujeito que problematiza e toma decisões diante da sua realidade, e o extensionista adota o diálogo horizontal, sem o paternalismo característico do humanismo assistencialista, explica Rodrigues (1997).

Todavia, esse período teve curta duração na história da extensão rural. Com a crise que os governos federal e estadual enfrentaram a partir do início da década de 1980, a Embrater teve sua capacidade de atuação reduzida, ao sofrer com cortes orçamentários decorrentes da severa crise fiscal, o que culminou na extinção da instituição no ano de 1990, relata Castro (2015). Em consequência, houve uma quebra da articulação entre as diferentes empresas estaduais, ocasionando inclusive extinções e fusões em algumas federações e o sucateamento dos serviços de Ater nos estados onde se mantiveram as instituições executoras (PEIXOTO, 2008).

Os agricultores familiares foram os mais afetados com a redução drástica da oferta de Ater pública, uma vez que os grandes e médios produtores conseguiam, de certa forma, acessar outras modalidades de assistência técnica, por intermédio das empresas privadas de insumos e produtos agrícolas, por exemplo (CASTRO, 2015).

Por conseguinte, na década de 1990, se estabeleceu a articulação entre organizações não governamentais (ONGs), cooperativas e associações de agricultores, movimentos sociais do campo e organizações da sociedade civil, entre outros, por meio de fóruns de discussão e reivindicação pela garantia de uma Ater pública de caráter nacional (THOMSON *et al.*, 2017).

Em 1995 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com a missão de atender a demanda histórica dos agricultores familiares por meio do fornecimento de crédito agrícola para investimentos a taxas subsidiadas. No entanto, outras demandas permaneceram em dívidas, como o serviço de assistência técnica específica para a classe em questão (CASTRO, 2015), apesar de ser "[...] a primeira política pública brasileira a favor da pequena propriedade" (PAIVA, 2012, p. 15).

Findado o período histórico em que se dividiu em humanismo assistencialista, produtivista difusionista e humanismo crítico (1948 a 1989), a extensão rural passa a ser pensada então a partir da construção da chamada nova Ater, marcada pela implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). As bases e diretrizes para a construção dessa nova política de Ater foram elaboradas como resultados de sucessivos seminários realizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), principalmente, no ano de 2003, que contou com a contribuição e participação de representantes de instituições dos governos estaduais, dos movimentos sociais do campo e do terceiro setor (THOMSON *et al.*, 2017). Lançada em 2003 pelo MDA e institucionalizada por meio da Lei nº 12.188 de 2010, pontua-se:

> Dentre outros pilares fundamentais que sustentam a política, destaca-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas. Sobretudo, cabe enfatizar que a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre é elemento central de todas as suas ações (PETTAN, 2010, p. 90).

Assim, a Pnater "[...] propõe às entidades e agentes de extensão rural que participem de um processo capaz de promover e apoiar estratégias que levem à sustentabilidade socioeconômica e ambiental no meio rural" (CAPORAL; RAMOS, 2006, p. 1). Desse modo, exige a adoção de uma nova postura de trabalho dos atores responsáveis pela implementação dessa política no campo, de maneira que a nova Ater seja, verdadeiramente, na prática, uma ação pautada na democracia, educação e participação social, concluem os autores.

Os atingidos por barragens e a Ater

De acordo com Silva e Silva (2011), entende-se por atingido aquele que de forma direta ou indireta é impactado pelos efeitos da implantação e funcionamento de uma usina hidrelétrica, podendo acarretar o deslocamento forçoso para áreas distantes de onde habitava. É importante compreender que a condição de afetado e atingido não fica restrita apenas aos proprietários da área alagada, engloba também não proprietários, trabalhadores locais ou do entorno que têm sua dinâmica e atividades econômicas interrompidas (SANTOS, 2015; SILVA; SILVA, 2011).

Dada a heterogeneidade das populações e as diferentes formas de exploração dos recursos naturais, o conceito de atingidos é amplo e está em constante construção, sendo discutido com diferentes enfoques por diversos autores, como nas palavras a seguir:

> Determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. (VAINER, 2008, p. 40).

Entretanto, não há, ainda, um instrumento legal que seja capaz de contemplar "[...] a diversidade de barragens e de diferentes tipos de impactos ocasionados por essas obras no país, a exemplo das barragens de acúmulo de água" (ALVES, 2019, p. 42), o que também inviabiliza a garantia de direitos das populações afetadas.

No que diz respeito às populações atingidas no Semiárido brasileiro, como sublinham Alves (2019) e Oliveira (2018), é recorrente que as famílias que passam pelo processo de impactos advindos da barragem, e que são realocadas, passem a conviver com problemas de acesso à água, mesmo residindo próximas à área da barragem. Nessa linha, Oliveira (2018) salienta, ao analisar casos assim, que, entre as diversas violações de direitos a que são submetidas as populações da região, se destacam as violações dos direitos de acesso à água potável, à melhoria contínua nas condições de vida, o direito ao trabalho e a um padrão digno de vida, e o direito à proteção da família e a laços de solidariedade social ou comunitária.

Ainda nessa perspectiva, autoras como Alves (2019) e Pereira (2013) apontam que o processo de desterritorialização vivenciado por essas populações se dá nos aspectos sociais, culturais, econômicos e produtivos, e que o processo de adaptação às novas áreas requer tempo, visto que se empreende um processo de reterritorialização, isto é, de apreensão do novo espaço e transformação deste em território. É importante salientar essa realidade pelo fato de que é necessário considerar que o processo de reconstrução da vida das famílias não é automático e simples. Não obstante, é um processo em que é necessário se empreender, por parte das famílias, diversas estratégias para recompor o tecido social e o território em que viviam, existindo, como aponta Alves (2019), fatores que podem facilitar ou dificultar essa transição.

Nessa conjuntura, a autora problematiza, a partir de estudo de caso, a experiência de atingidos por barragens no Ceará, onde se constatou que o fator de acesso à terra nas novas áreas é uma característica fundamental para o restabelecimento das famílias (ALVES, 2019). Entretanto, somente a terra não basta, são necessários outros mecanismos e políticas sociais, como crédito, assistência técnica, acesso regular à água e participação direta das famílias envolvidas em todos os processos decisórios. Desse modo, Leturcq (2007) também aponta que a assistência técnica, compreendendo aspectos agronômicos e sociais, deve estar entre os direitos indenizatórios com o caráter de garantir a segurança das famílias que passam pelo processo de realocação.

É partindo dessa prerrogativa que se entende que os serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) se apresentam como uma importante ferramenta no processo de reconstrução das atividades e nos processos de adaptação das famílias nos locais de reassentamento, colaborando assim para a organização sociocomunitária, no desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas, acesso a políticas públicas e mercado.

Nesse sentido, ainda é importante situar que, partindo do entendimento da heterogeneidade da agricultura familiar, logo, evitando a homogeneização, é possível obter maior compreensão da realidade, trabalhando em parceria com os sujeitos da própria comunidade, o que torna possível também a elaboração de estratégias que se adequem ao cenário das diferentes comunidades, preservando-se os princípios da Pnater (CAPORAL; RAMOS, 2006). Avaliando a postura dos profissionais responsáveis pela implementação de uma nova assistência técnica proposta pela Pnater, os autores continuam:

> Graças à troca de conhecimentos e de saberes empíricos e científicos, técnicos e agricultores poderão elaborar um conhecimento novo que lhes permitirá fazer opções tecnológicas e não tecnológicas, adequadas às condições locais. A ação extensionista deve criar condições objetivas para ajudar no fortalecimento da cidadania, na efetiva participação dos atores nas decisões e na melhoria da qualidade de vida das populações rurais. (CAPORAL; RAMOS, 2006, p. 7).

Desse modo, uma Ater que possa abranger as especificidades das populações atingidas por barragens deve atuar, essencialmente, como mecanismo de fortalecimento da participação social, que é um direito sistematicamente violado nos processos de construção de barragens, e assim fomentar a organização sociocomunitária para a reivindicação de direitos a partir de uma ação dialógica e dialética com as famílias, construindo assim sínteses que possam subsidiar a formulação de políticas públicas, considerando que a problemática das barragens no Brasil é uma questão histórica, e as contradições inerentes ainda não estão superadas.

O Projeto de Ater para Reassentamentos Atingidos por Barragens no Ceará

O projeto de Ater para Reassentamentos Atingidos por Barragens no Ceará foi uma experiência desenvolvida entre os anos de 2019 e 2020, pelo estabelecimento de uma seleção e, posteriormente, de contratação para prestação de serviços de Ater (Contrato 144/2019) entre a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e a Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária (entidade que atestou experiência com populações residentes em assentamentos e reassentamentos e que foi selecionada por meio de Edital de Chamada Pública).

Nesse sentido, é importante situar que o desenvolvimento do projeto citado surgiu por meio de reivindicação e longos anos de organização social do MAB no Ceará que, entre outras pautas, sempre debateu a importância de uma assistência técnica direcionada e construída com e para as populações atingidas.

A partir dessas premissas, o projeto de Ater em reassentamentos foi elaborado pela SDA, com o intuito de atender as demandas das famílias atingidas. Assim, procurou-se estabelecer, desde o edital de seleção das entidades prestadoras de serviços, alguns critérios e metodologias que pudessem abarcar a realidade e especificidades dos atingidos por barragens. Nesse sentido, na justificativa da realização da experiência, a SDA (2019) afirma que:

> Grandes projetos de desenvolvimento na região priorizam o abastecimento urbano, o agronegócio e o hidronegócio em detrimento das populações atingidas nas regiões ori-

> ginárias. No Ceará, não obstante destaque governamental para as populações mais frágeis, também existem contradições no tocante às barragens e transposição de água entre bacias e regiões. Mesmo tendo capacidade de acumulação com 18,8 bilhões de m³, as 149 represas monitoradas pela COGERH não garantem o acesso à água às famílias na sua totalidade. No que se trata da situação das famílias atingidas por obras hídricas, o atingimento é mais forte, por razões históricas e estruturais, desconsiderando suas realidades, notadamente dificuldades e potencialidades produtivas, bem como sua inserção nos mercados. (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ, 2019, p. 3).

Como se percebe, nas afirmações apresentadas pela SDA, existe um processo de reconhecimento pelas instituições governamentais da existência dos problemas relacionados às populações atingidas, em nível nacional e, especificamente, no Nordeste e no Ceará. Esse processo de reconhecimento dos direitos dos atingidos por barragens têm destaque, especialmente, a partir de 2010, com a publicação do Relatório da Comissão de Direitos e Defesa da Pessoa Humana, o qual relata que, no Brasil, a construção, implantação e operação de barragens viola sistematicamente um conjunto de direitos humanos (COMISSÃO DE DIREITOS E DEFESA DA PESSOA HUMANA, 2010). Essa realidade também vem se destacando em virtude dos graves problemas sociais e ambientais ocasionados pelos recentes rompimentos de barragens ocorridos no país (ALVES, 2019). Nesse contexto, a Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (2019) afirma, corroborando a ideia da importância da Ater para os atingidos por barragens e obras hídricas, que com isso:

> É fundamental a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para as famílias atingidas por obras hídricas, com base em um diagnóstico da real situação das regiões atingidas, em consonância com os esforços governamentais de construir meios para garantir acesso a políticas públicas, buscando contribuir para o desenvolvimento sustentável do Ceará. (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ, 2019, p. 4).

Dessa forma, a experiência do projeto de Ater com atingidos no Ceará ganha importante relevância como ponto de fortalecimento de políticas públicas específicas para essas famílias de agricultores. O merecido destaque também se deve ao fato de que a formulação da proposta se baseou, preferencialmente, nas diretrizes apresentadas pelos movimentos e entidades sociais representantes dos atingidos, em destaque o MAB e a Associação dos Atingidos por Barragens em Defesa do Meio Ambiente (Abama), responsáveis por apontar sínteses, problemáticas centrais, sugestões metodológicas e áreas prioritárias.

Tendo esses pressupostos, o projeto teve como princípios a promoção da igualdade, a utilização de métodos participativos, a adoção dos conceitos da agroecologia, da cooperação e da economia popular solidária, bem como a garantia da capacitação continuada. Do ponto de vista metodológico, o projeto baseou-se em um processo de caráter educativo com ênfase na Educação do Campo, promovendo a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, o estímulo ao desenvolvimento de ações de promoção do desenvolvimento sustentável e a adaptação de tecnologias voltadas para a produção familiar em bases sustentáveis. Também se partiu de um exercício de atividades mediante uma relação dialética e dialógica, partindo da problematização dos fatos

concretos da realidade. Nesse caso, a problematização transversal em todas as etapas do processo diz respeito à realidade das famílias enquanto agricultores atingidos por barragens e à influência dessa realidade na dinâmica socioprodutiva e econômica das comunidades.

Assim, de forma geral, o projeto teve como objetivos prestar serviços de Ater em reassentamentos atingidos por barragens e obras hídricas no Ceará, de modo a caracterizar cada comunidade assistida, buscando entender a realidade local, como se organizam as famílias, os impactos advindos do processo de construção e operação das obras hídricas, bem como a relação com a terra e as atividades agropecuárias desenvolvidas, identificando assim as potencialidades, problemáticas e desafios centrais, para, a partir daí, traçar estratégias que pudessem potencializar a produção agrícola, a criação animal, o acesso aos mercados e a organização sociocomunitária.

Metodologia

O presente trabalho parte de um enfoque descritivo e exploratório, no qual se teve como objetivo descrever a realização de uma experiência específica e a partir disso explorar uma temática atual e que necessita de reflexões mais aprofundadas. Por meio da experiência em questão, buscou-se realizar uma análise qualitativa, apontando desafios, perspectivas e ponderações pertinentes baseadas especialmente nas reflexões suscitadas e discutidas pela equipe técnica do projeto em estudo.

Nesse sentido, para embasar o presente artigo, buscou-se inicialmente realizar uma pesquisa bibliográfica e documental, no tocante às políticas de Ater e suas transformações ao longo do tempo e em torno da relação dessas políticas com os agricultores familiares atingidos por barragens. Em seguida, na pesquisa documental, procurou-se realizar uma análise dos documentos governamentais que tratam e definem algumas políticas públicas e experiências de ações institucionais com os atingidos por barragens no Ceará. Assim, analisaram-se também os documentos governamentais que tratam da realização e execução do projeto de Ater aqui descrito. Essas pesquisas procuraram analisar as concepções imperantes no seio governamental no tocante à problemática e ao formato da política implementada.

Na segunda fase de elaboração do trabalho realizou-se um resgate da experiência, de forma coletiva, pela equipe técnica do projeto, destacando o início da sua execução, as adaptações metodológicas necessárias em virtude da pandemia do novo coronavírus, a execução do projeto em formato totalmente on-line e a execução em formato misto (on-line e presencial). A partir desse resgate, foram debatidas reflexões e apontamentos sobre a experiência, os quais estão parcialmente descritos neste artigo. A apresentação e discussão dos resultados foram divididas a partir das atividades técnicas do projeto, descrevendo as ideias propostas para todas as ações planejadas.

Resultados e Discussão

Para melhor entendimento com relação à área geográfica de execução do projeto, com a especificação das comunidades beneficiárias e as barragens e obras hídricas associadas a cada comunidade, na Tabela 1, a seguir, apresenta-se uma síntese dessas informações.

Tabela 1. Reassentamentos beneficiários com municípios e barragens e/ou obras hídricas.

Comunidade	Município	Barragem e/ou obra hídrica
Agrovila Aracoiaba	Aracoiaba	Barragem de Aracoiaba
Comunidade Candeia dos Anselmos	Baturité	Ameaçados pela construção da Barragem de Anselmos
VPR – Vassouras	Brejo Santo	Obras hídricas da Transposição do Rio São Francisco e do Cinturão das Águas do Ceará
Assentamento Boa Esperança	Potiretama	Barragem do Figueiredo
Assentamento Boa Esperança	Iracema	Barragem do Figueiredo
Reassentamento Caroba	Alto Santo	Barragem Castanhão
Reassentamento Sossego Contendas Reassentamento Curupati-Irrigação Reassentamento Novo Alagamar Reassentamento Agrofátima	Jaguaribara	Barragem Castanhão

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Desse modo, para a execução do referido projeto estava previsto o acompanhamento a 200 famílias de agricultores familiares atingidos ou ameaçados por barragens e obras hídricas residentes nas dez comunidades cearenses citadas acima.

Atividades técnicas propostas no projeto

A metodologia trabalhada no projeto de Ater em reassentamentos no Ceará baseou-se em um formato participativo, adotando como base os preceitos da Educação Popular. Na formulação do projeto, dos objetivos, dos pilares norteadores e na seleção dos profissionais, bem como na construção da metodologia de trabalho e execução, contou-se com a participação direta das organizações sociais que trabalham e desenvolvem experiências com as populações atingidas, especialmente o MAB e a Abama. Nesse sentido, o processo pôde, assim, abranger de forma mais qualificada as especificidades do público-alvo.

Para melhor contextualização, foram descritas, neste tópico, as atividades propostas para serem realizadas ao longo do projeto, previsto para ser executado no período de 1 ano.

Em ordem cronológica, planejou-se inicialmente a realização da Reunião de Sensibilização, que tinha como proposta reunir o coletivo de beneficiários(as) da Ater, juntamente com a equipe técnica. Essa reunião tinha o intuito de sensibilizar e explicar sobre o projeto, além de levantar informações para a realização de um diagnóstico da comunidade. Em seguida, planejou-se a realização do diagnóstico da Unidade de Produção Familiar (UPF), com o objetivo de identificar a situação atual da família e da sua produção, abordando aspectos ambientais, produtivos, econômicos, sociais, políticos, entre outros. A execução desse diagnóstico foi proposta por meio de visitas técnicas e do preenchimento da Ficha Cadastral da Unidade de Produção Familiar, entregue previamente pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará (SDA). Na sequência, planejou-se a realização do diagnóstico da Unidade de Produção Associativa (UPA), que teve o objetivo de levantar informações sobre a comunidade relativas a elementos ambientais, patrimônio, atividades produtivas, além de dados históricos e sociais relacionados aos impactos da construção das barragens e obras hídricas e outros aspectos potenciais e limitantes do território. A

intenção era a realização do diagnóstico, tendo como base métodos participativos, a partir de um modelo norteador de uma ficha cadastral do imóvel/comunidade, também fornecida previamente pela SDA e construída em diálogo com as organizações sociais participantes do processo.

Na sequência, planejou-se a realização dos processos de Acompanhamento e Orientação Técnica, em que se objetivava efetuar orientações técnicas acerca da produção familiar e associativa de forma educativa e planejada pelos agentes de Ater. A função do acompanhamento técnico também foi de problematizar situações concretas, buscando sempre soluções de forma conjunta com os integrantes da comunidade. Estabeleceu-se que extensionistas deveriam atuar na orientação sobre o acesso a outras políticas públicas que pudessem contribuir com a sustentabilidade da UPF e da UPA. No acompanhamento estava prevista a realização de pelo menos três ações extensionistas em cada UPF e em cada UPA. Compreendem-se aqui, como ações extensionistas, as atividades feitas de acordo com a demanda dos locais e das famílias (visitas individuais, oficinas, cursos, dias de campo, reuniões, entre outros). Por fim, todas as atividades previam um relatório para cada ação e também a realização de cadastro dessas informações em uma plataforma de gestão da SDA.

Atividades realizadas antes da pandemia

As atividades foram iniciadas em janeiro de 2020, com a capacitação da equipe técnica, composta por 6 pessoas: 3 homens e 3 mulheres, profissionais formados em Ciências Agrárias e Ciências Humanas. Em fevereiro, foram realizadas visitas às dez comunidades beneficiadas com o projeto. Essa etapa teve dois objetivos centrais, o primeiro deles a realização da reunião de sensibilização, na qual foi apresentado o projeto e construído um cronograma junto às famílias, e a realização do diagnóstico da UPA.

O diagnóstico de UPA foi construído com o levantamento de informações a partir de ferramentas participativas, para maior compreensão da realidade e da história das respectivas comunidades. Sendo assim, buscou-se ouvir as pessoas com mais experiência e maior conhecimento da realidade local, que vivenciaram desde o processo de desapropriação à conquista da terra. Foi realizada também uma caminhada transversal, que facilitou o entendimento geográfico de cada comunidade, o conhecimento de áreas coletivas e a verificação do potencial produtivo.

Na reunião de sensibilização foram levantadas informações sobre as potencialidades e limitações das comunidades. As principais informações foram reunidas na Tabela 2.

No que se refere às aptidões das comunidades, é possível constatar que todas elas possuem um potencial produtivo agropecuário, além de duas comunidades (Agrovila Aracoiaba e Candeia dos Anselmos) possuírem também potencial para projetos de corte e costura. Algo a se destacar é que a maioria das comunidades situadas na região do Vale do Jaguaribe (Assentamento Boa Esperança – Iracema, Reassentamento Sossego-Contendas, Reassentamento Alagamar e Reassentamento Agrofátima) apresenta um considerável desenvolvimento de atividades com a bovinocultura, em decorrência de aspectos culturais e históricos da região na criação de gado leiteiro. Outro ponto relevante se refere a dificuldade no acesso à água para a produção nas comunidades, o que configura grande contradição, pois essas famílias foram retiradas dos seus lugares de

origem, geralmente próximos aos rios, para dar lugar a barragens e, por sua vez, enfrentam atualmente dificuldades diversas no acesso regular à água armazenada nessas grandes obras hídricas.

Tabela 2. Potencialidades e limitações das comunidades beneficiárias do projeto de Ater.

Comunidade	Potencialidades	Limitações
Agrovila Aracoiaba (Aracoiaba, CE)	Agroindústria para beneficiamento do caju; corte e costura	Problemas na organização interna (associativismo e cooperativismo)
Comunidade Candeia dos Anselmos (Baturité, CE)	Manejo agroecológico da produção; corte e costura	Inexistência de assistência técnica para produção; problemas de infraestrutura no acesso à comunidade
VPR – Vassouras (Brejo Santo, CE)	Produção de culturas anuais (milho e feijão); criação de galinhas	Problemas com o solo; problemas de infraestrutura nas estradas de acesso
Assentamento Boa Esperança (Iracema, CE)	Quintais produtivos; bovinocultura	Falta de água para produção; dificuldades com a organização interna da associação
Assentamento Boa Esperança (Potiretama, CE)	Quintais produtivos; criação de galinhas	Falta de água para produção; ausência de área de lazer
Reassentamento Caroba (Alto Santo, CE)	Horticultura; piscicultura; criação de galinhas	Falta de espaço para produção para os agregados; falta de água para produção
Reassentamento Sossego Contendas (Jaguaribara, CE)	Bovinocultura; beneficiamento do leite	Falta de água para produção; falta de alternativas para comercialização da produção
Reassentamento Curupati-Irrigação (Jaguaribara, CE)	Fruticultura	Dificuldades no escalonamento da produção; dificuldades na comercialização da produção
Reassentamento Novo Alagamar (Jaguaretama, CE)	Bovinocultura; beneficiamento do leite; fruticultura	Custos de alimentação animal elevados; dificuldades com a organização interna da associação
Reassentamento Agrofátima (Jaguaretama, CE)	Bovinocultura; beneficiamento do leite	Dificuldades na produção de forrageiras; falta de água para produção

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Nos diagnósticos de UPA foram levantadas informações referentes à identificação das comunidades e entidades representativas, dados sobre habitação, condições sanitárias, recursos hídricos, fontes de energia, programas e projetos acessados pelas comunidades, dados sobre educação, saúde, distribuição espacial das áreas coletivas, tipos de exploração pecuária coletiva, principais práticas agropecuárias realizadas, informações sobre assistência técnica e extensão rural, forma de organização dos produtores, além de informações sobre a preservação ambiental.

Por fim, essas etapas do projeto foram concretizadas em sua maior parte como planejado, com algumas adaptações metodológicas. Por exemplo, nas reuniões de sensibilização, para captação de algumas informações para o diagnóstico, foram feitas alterações na metodologia para levantamento de informações. O planejado era a realização de um resgate histórico coletivo da comunidade, por meio da ferramenta de linha do tempo, porém foi necessário adaptar a metodologia, em virtude do pouco tempo disponível das famílias para a realização das reuniões.

Adaptações e execução da Ater remota (on-line)

Em março de 2020, em virtude da pandemia do novo coronavírus e o agravamento da situação no Brasil, o planejamento inicial do projeto sofreu diversas alterações. Nesse sentido, é importante frisar que diferentes iniciativas foram conduzidas pelas organizações sociais prestadoras de serviços de Ater. A Ater, nas áreas atingidas por barragens no estado do Ceará, como conquista histórica e dívida social das instituições governamentais com essas populações, também se desafiou a manter-se viva, promovendo o desenvolvimento sustentável e solidário, encarando os desafios, utilizando novos formatos tecnológicos e metodológicos, mas buscando não perder a essência do trabalho de Ater na visão popular dos movimentos sociais, isto é, de realização de um processo que tem relação direta com a Educação Popular, com a promoção da participação social e com a democratização do saber.

A Ater conduzida nas áreas e comunidades atingidas por barragens é vista como parte de um processo educativo, que se relaciona diretamente com a busca e a efetivação dos direitos sociais dessas populações. A partir dessa compreensão, foram realizadas diversas avaliações, elaborando-se um plano de ação para desenvolver e dar continuidade aos trabalhos de Ater com as comunidades atingidas acompanhadas no projeto. Dentro do plano foi destacada a prioridade das ações da Ater nas comunidades, com o fomento à organização e reestruturação produtiva das famílias beneficiárias. Nesse sentido, as ações em formato remoto tiveram quatro linhas de trabalho, sendo elas: 1) Ações voltadas à saúde e prevenção na pandemia do coronavírus, com o fomento aos cuidados necessários nas comunidades para evitar a entrada da doença nos territórios; 2) A organização sociocomunitária, com ações voltadas ao fomento da organização social coletiva da comunidade e identificação das problemáticas existentes e busca de soluções coletivas; 3) A organização produtiva geral, com ações de capacitação e informação sobre a produção em geral, sendo elas, a produção de vídeos e materiais com foco em técnicas agroecológicas e sustentáveis; e 4) Organização produtiva específica, isto é, a partir dos dados obtidos no diagnóstico de UPA elaborar ações específicas para cada comunidade, com base no potencial produtivo local.

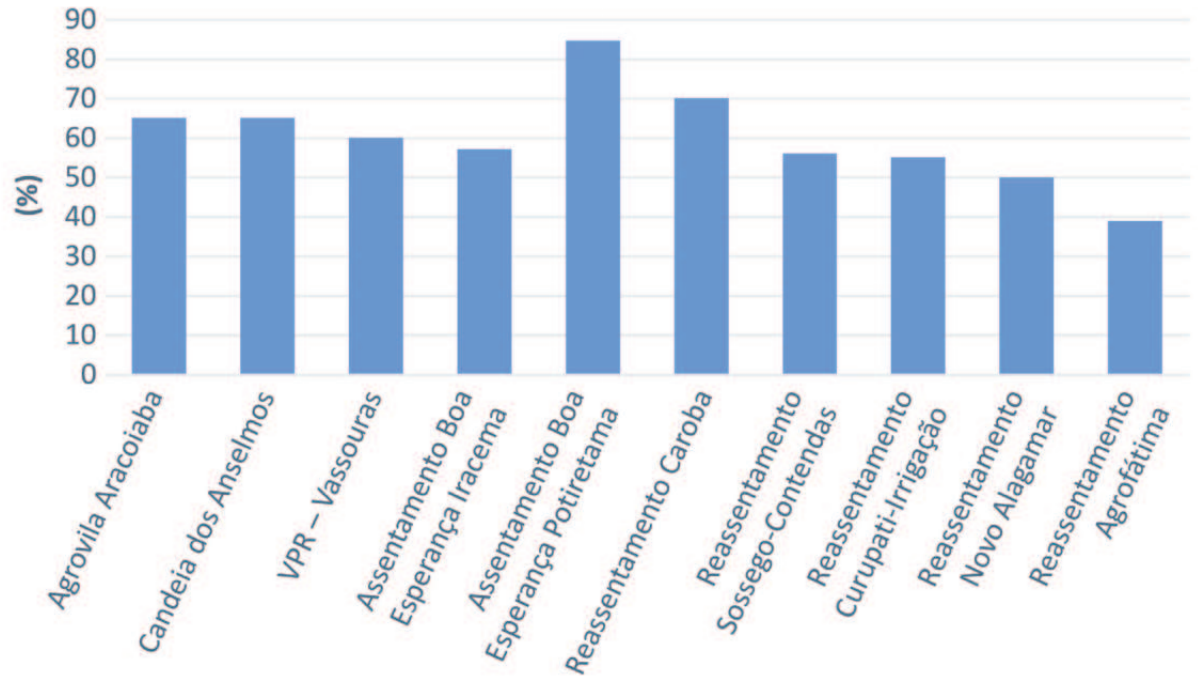
Com essas alterações, a Ater entrou no formato remoto, e a equipe técnica desenvolveu as atividades mediante o uso de tecnologia e mídias digitais e visitas pontuais em casos necessários, adotando um protocolo de cuidados. A equipe do projeto passou a se reunir de forma on-line por meio de aplicativos como Zoom e Google Meet para discutir as diferentes formas de dar continuidade ao acompanhamento familiar dos beneficiários. O primeiro passo dado para a execução da Ater de forma remota consistiu na criação de grupos no *WhatsApp*. Para cada comunidade foi criado um grupo no aplicativo, em que foram incluídos representantes de cada família com acesso à ferramenta utilizada. Os grupos foram uma importante estratégia para a manutenção do vínculo entre a equipe técnica e as famílias, pois proporcionaram uma partilha constante de informações, permitindo também o envio de dúvidas em tempo real para o(a) técnico(a) auxiliar com orientações. Essa partilha de informações se deu por boletins semanais e dicas agroecológicas.

O boletim semanal foi uma ferramenta que funcionou como um programa de rádio com duração entre 5 e 10 minutos de áudio contendo informações referentes aos cuidados sanitários de prevenção ao coronavírus e notícias úteis para as famílias beneficiárias sobre a agropecuária no estado do Ceará. As dicas agroecológicas foram feitas pelos (as) técnicos (as), em que diariamente uma pessoa da equipe ficava responsável por compartilhar uma dica de prática agroecológica

que poderia ser adotada pelas famílias. Além disso, foi estimulada a participação das famílias, o que gerou o compartilhamento da produção agropecuária, seja nos quintais produtivos ou nos lotes de produção.

Com a comunicação por *WhatsApp* foi possível também realizar outras atividades previstas no projeto, mas com adaptações. Nesse sentido, foram realizadas ligações e trocas de mensagens individuais entre a equipe técnica e a família beneficiária para o levantamento de informações para o diagnóstico da UPF. A meta era conseguir realizar os diagnósticos de todas as 200 famílias beneficiárias, mas, devido à falta de acesso a telefone e internet, além das oscilações no sinal da internet de algumas famílias, isso se tornou inviável. Os diagnósticos não realizados por esses motivos o foram de forma presencial após o retorno gradual às visitas nas comunidades. Contudo, mesmo no formato on-line, foi obtido um alcance médio de 60,2% do total de famílias acompanhadas, situação avaliada de forma positiva, demonstrando que, mesmo com as dificuldades, as comunidades apresentaram considerável interesse na proposta do projeto. O alcance de cada comunidade está representado na Figura 1.

Figura 1. Alcance das famílias por comunidade no diagnóstico de Unidade de Produção Familiar (UPF).



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Como visto na Figura 1, algumas comunidades tiveram mais êxito do que outras no levantamento de informações para o diagnóstico de UPF, assim como para a troca de informações pelo grupo no *WhatsApp*. Isso mostra que a falta de acesso a essa tecnologia privou diversas famílias de participarem efetivamente do projeto de Ater no modelo remoto. Esse é um retrato de como muitas famílias camponesas se encontram nesse período de pandemia, privadas de fontes de informação para executarem diversas funções cotidianas.

Na sequência, após o diagnóstico, foi realizada a 1ª Ação Extensionista de UPF, na qual foram executadas orientações técnicas a partir das demandas descritas pelas famílias, utilizando recursos como fotos e vídeos enviados pelos(as) agricultores(as) para identificação de problemas e, assim, facilitar para que as orientações dadas fossem efetivas.

Outra atividade realizada de forma remota foi a 1 ª Ação Extensionista de UPA. Nessa atividade foram dadas orientações pelos grupos no *WhatsApp*, descritas a seguir: 1) orientações quanto aos cuidados individuais e coletivos de prevenção ao coronavírus no campo, em formato de *cards*; 2) orientações para produção de máscaras caseiras de proteção individual, em formato de cartilha; 3) orientações para a limpeza adequada das máscaras caseiras de proteção, em formato de *cards*; e 4) orientações para a prevenção de outras doenças, como a dengue (vídeo e *cards*). A prestação de serviços de Ater preferencialmente no formato remoto (on-line) se deu entre o mês de março até julho de 2020.

Ater em formato misto (presencial e on-line)

Com a flexibilização e o retorno gradual das instituições ao trabalho em formato presencial, foram readequadas e elaboradas novas metodologias para a continuidade do projeto, possibilitando o retorno parcial das atividades presenciais nas comunidades e maior alcance das famílias assistidas pelo projeto.

Para subsidiar o retorno presencial de forma gradual às atividades, foi elaborado um protocolo de orientações e cuidados para a equipe técnica do projeto e as famílias beneficiárias. No protocolo constava o uso obrigatório de equipamentos de proteção individual para o(a) técnico(a), incluindo o uso de roupa adequada (camisa de mangas longas, calça, sapato fechado, boné/chapéu) e máscara. A família beneficiária recebeu orientação para utilizar os equipamentos de proteção individual para a recepção da visita técnica, especialmente o uso de máscaras. Como forma de prevenção, a equipe técnica sempre dispunha de máscaras disponíveis para oferecer às famílias. Outros cuidados eram com a utilização dos veículos utilizados, que só trafegavam com no máximo três pessoas por automóvel, todas portando máscara de proteção, que eram trocadas a cada 2 horas. O deslocamento no veículo se dava com os vidros abertos, e sempre, ao entrar e sair dos veículos, a equipe realizava a limpeza do automóvel (direção, bancos) e mãos com álcool em gel. No que tange às visitas técnicas nas casas das famílias, elas ocorreram em local aberto, geralmente nos quintais, lotes de produção ou currais, onde foi mantida uma distância de 1,5 m a 2 m entre o(a) técnico(a) e a família visitada. Outra medida adotada foi a higienização de todo material trocado ou entregue à família.

Antes da realização das visitas foi feita uma avaliação para qualificar as famílias que foram visitadas (acompanhamento presencial) e as que foram acompanhadas à distância (acompanhamento remoto), a partir de critério previamente delimitado, considerando as disposições e decretos estaduais de isolamento e distanciamento social. Os critérios para a definição das famílias que não seriam visitadas foram: família que possui entre seus membros pessoas com idade igual ou superior a 60 anos; família que possui no seu grupo familiar algum membro que registre comorbidades do grupo de risco da Covid-19, que possam resultar em agravamento do risco de contágio e de severidade da doença; família que possua gestantes, mulheres puérperas e/ou crianças recém-nascidas de até 1 ano; família que rejeite a realização da visita técnica por alegar cuidados

preventivos; família que possua, entre seus membros, um ou mais componentes com suspeita de contaminação pelo novo coronavírus; e família que possua, entre seus membros, um ou mais componentes que estejam contaminados pelo novo coronavírus e em fase de contágio. Conforme os critérios e orientações citadas, foi realizada a 2ª Ação Extensionista de UPF, no mês de setembro, nas dez comunidades, e também de forma remota com as famílias que não se enquadraram nos critérios de visitação, por meio de ligação pelo *WhatsApp* ou ligação por sinal telefônico. Na experiência de visita presencial foi possível observar que as orientações técnicas, passadas nos grupos, estavam sendo colocadas em prática. Também foi possível criar um vínculo maior entre a equipe técnica e as famílias beneficiárias, além de visualizar concretamente os problemas e demandas da produção agropecuária, com a realização de soluções práticas sendo demonstradas para as famílias.

Como medida de proteção contra o contágio da Covid-19, optou-se por não realizar atividades coletivas presenciais, portanto a 2ª Ação Extensionista de UPA foi realizada no mesmo modelo que a anterior, com conteúdos elaborados e compartilhados nos grupos de *WhatsApp* e reforçados nas visitas individuais. As orientações desses conteúdos englobavam: 1) orientação sobre estratégias de produção em quintais produtivos; 2) orientação sobre a preparação e utilização de compostagem; 3) rádio/boletim semanal de Ater, sendo assim produzidos seis boletins com informações sobre a pandemia do coronavírus no Ceará, informações sobre a agricultura cearense, entres outras informações pertinentes às famílias beneficiárias; 4) Série "Dicas Agroecológicas no Dia a Dia", em que foram produzidas e compartilhadas 20 dicas (conteúdos sobre uso de cobertura morta, plantio de medicinais, produção de sementes, inimigos naturais, plantas repelentes, produção de mudas, plantas indicadoras) por meio dos grupos para fortalecer o processo de transição agroecológica das famílias.

Na sequência das atividades foi realizada nova adaptação, no mês de outubro, para a execução da Ater nas comunidades. As atividades correspondentes à 3ª Ação Extensionista nas Unidades de Produção Familiares (UPFs) e à 3ª Ação Extensionista nas Unidades de Produção Associativas (UPAs) foram executadas pela equipe técnica de forma integralmente presencial, conforme as orientações da Coordenadoria do Desenvolvimento dos Assentamentos e Reassentamentos (Codea) da SDA.

Para isso, os técnicos responsáveis pela execução das atividades lançaram mão dos cuidados sanitários preventivos à Covid-19, utilizando sempre máscaras e álcool em gel e mantendo o distanciamento social adequado. É importante ressaltar também que foi consultado e levado em consideração o consentimento das famílias em receberem o técnico para a realização da ação extensionista.

As ações de UPF englobaram diversas atividades realizadas pela equipe técnica, como poda de frutíferas, produção de armadilhas para pragas, produção de defensivos alternativos, manejo de galinheiros, repasse de informações sobre adubação, informações relativas a questões ambientais, como o descarte adequado de resíduos e reutilização.

Em relação à 3ª Ação Extensionista nas Unidades de Produção Associativas (UPAs), foram realizadas oficinas de acordo com as demandas levantadas nas comunidades. Essas demandas levantadas no início do projeto foram validadas a partir de uma reunião com os representantes das

comunidades pelo aplicativo Google Meet, antes de serem executadas. Na Agrovila Aracoiaba foram realizadas duas oficinas, uma de beneficiamento de frutas com a produção de doces e geleias (em parceria com o grupo Gastronomia Social da Universidade Federal do Ceará) e outra oficina de manejo do cajueiro, na qual foram abordados aspectos sobre tratos culturais e manejo fitossanitário. Na comunidade Candeia dos Anselmos foram realizadas quatro oficinas: uma de compostagem, em que foi feita a construção de uma pilha de composto com os materiais componentes oriundos do próprio local; uma de controle alternativo de pragas e doenças, com a produção de receitas e aplicação em algumas plantas; uma de formulação de ração para galinhas caipiras, na qual foi explicado sobre balanceamento das rações; e uma de manejo sanitário na criação de galinhas caipiras. Na comunidade VPR Vassouras, as oficinas dividiram-se em: preparo de defensivos alternativos e manejo agroecológico do solo, em que, por meio de experimentos com garrafas PET, exemplificou-se a ação da chuva sobre o solo descoberto e a importância do material vegetal na proteção do solo. Com isso foi possível explicar sobre erosão, compactação do solo, assoreamento e fertilidade do solo de forma lúdica.

Ocorreram oficinas sobre quintais produtivos nas comunidades do Assentamento Boa Esperança, em Iracema e Potiretama, e no Reassentamento Novo Alagamar. Nessas oficinas foi frisada a importância dos quintais produtivos, que contribuem para a garantia da segurança e soberania alimentar e para a manutenção da biodiversidade. Abordaram-se as características gerais de preparo de adubos, da escolha do melhor local para cultivo, da escolha das culturas, do preparo das mudas, formas de propagação de hortaliças, frutíferas, medicinais e condimentares e alguns métodos de controle de pragas e doenças.

No Reassentamento Sossego Contendas foi realizada uma oficina teórico-prática sobre boas práticas na bovinocultura leiteira, na qual foram abordados aspectos de nutrição, manejo e sanidade. No Reassentamento Agrofátima foi realizada uma oficina denominada "Identificando problemas e construindo soluções", com o intuito de fortalecer o processo participativo das famílias na comunidade, em virtude das dificuldades encontradas no percurso do projeto, pois essa foi a comunidade que teve o menor alcance de famílias no período em que a Ater estava sendo executada apenas de maneira remota. No Reassentamento Caroba foram realizadas duas oficinas, uma de manejo de hortaliças, frisando os tratos culturais e manejo fitossanitário; e outra oficina de manejo de galinhas caipiras, com ênfase na produção alternativa de ração. Por fim, no Reassentamento Curupati-Irrigação foi realizada uma oficina teórico-prática sobre a produção orgânica de frutíferas, com a realização de práticas no campo, como a identificação de pragas e doenças.

Ao final da 3ª Ação Extensionista de UPA, foi realizada, também, uma reunião de avaliação com as famílias em cada comunidade assistida pelo projeto, a fim de identificar a importância dessa primeira assistência técnica voltada para comunidades atingidas e/ou ameaçadas por obras hídricas no estado do Ceará. Foi ressaltada a importância das informações que foram repassadas pela equipe de Ater e foi avaliada de maneira positiva a troca que havia nos grupos, que se constituíram como importante espaço de interação comunitária, sendo avaliado que deveria ser uma ferramenta permanente na comunidade para discussão dos problemas cotidianos. Em todas as comunidades também foi apontado que as limitações impostas pela pandemia do novo coronavírus dificultaram a realização plena do projeto. As famílias, em conjunto com a equipe técnica,

avaliaram que as atividades presenciais são de suma importância no processo de construção dialógica do saber. Não obstante, o esforço coletivo entre o técnico e a família, para oferecer o melhor possível no diálogo remoto on-line, também possibilitou trocas de conhecimentos valiosos, fortalecendo a visão de complementaridade entre as ferramentas e metodologias de Ater.

Considerações Finais

Com base no objetivo proposto neste artigo, as informações sistematizadas e as reflexões suscitadas demonstraram que a Ater permanece, de modo geral, sendo uma importante ferramenta de acesso e fomento de direitos sociais e políticas públicas no campo, contribuindo diretamente para o desenvolvimento rural sustentável.

Compreendendo a diversidade do meio rural brasileiro e da agricultura familiar, entendem-se as populações atingidas por barragens como um público com diversas especificidades e que vivenciam múltiplos processos de impactos e de desmantelamento social, econômico, produtivo, cultural e ambiental em seus territórios. Por essa razão, considera-se que as políticas de Ater precisam abranger as particularidades desse público e podem atuar de forma efetiva no restabelecimento ou reterritorialização das famílias nas novas áreas em que são realocadas.

Nesse contexto, a Ater pode se tornar ainda mais um paralelo entre outras políticas públicas já existentes, mas que podem ter maior abrangência junto aos atingidos. Do mesmo modo, pode oferecer aprofundamentos que promovam sínteses para a formulação de políticas públicas específicas para essas populações, que, conforme citado no presente estudo, ainda são consideravelmente insuficientes e inexistentes.

No que diz respeito à realização do Projeto de Ater em Reassentamentos Atingidos por Barragens e Obras Hídricas no Ceará, conclui-se que a experiência trouxe diversos aspectos positivos, especialmente por possibilitar um conhecimento mais aprofundado da realidade das famílias e, por assim dizer, promover junto às instituições governamentais maior reconhecimento e visibilidade no que se refere à necessidade de direitos e políticas públicas para essas populações. Entende-se que a realização do projeto contribui para a produção de referências de políticas sociais específicas para os atingidos por barragens, podendo oferecer subsídios para outras experiências em nível nacional.

Em virtude da pandemia do novo coronavírus, explicitou-se a necessidade de adaptar diversas metodologias. Observou-se que esse processo trouxe limitações para a realização plena da experiência. Contudo, a busca por meios de realização das atividades propostas, o empenho da equipe técnica coordenada pelos movimentos sociais e entidades representativas do público beneficiário e o interesse das famílias no desenvolvimento do projeto possibilitaram a realização de diversas atividades, mesmo por meio de ferramentas a distância, sem comprometer completamente a qualidade e as bases metodológicas de fomento à participação, ao diálogo e à construção coletiva do saber. Por essa razão, também se entende que a experiência descrita contribui para a reflexão das instituições que trabalham com Ater sobre os diversos recursos metodológicos que podem potencializar a ação extensionista, sem comprometer a essência da atividade, que é o diálogo e a comunicação de forma presencial.

Ademais, espera-se que a presente sistematização e as reflexões decorrentes possam colaborar com as análises dos movimentos e entidades sociais, bem como dos profissionais de Ater, das populações que vivenciam as problemáticas aqui apontadas e as da sociedade, em geral, na busca por superação das questões inerentes ao modelo de construção de obras hídricas e de desenvolvimento rural no Brasil.

Referências

ALVES, M. C. **A reconstrução da dinâmica socioprodutiva em comunidades rurais atingidas por barragens**: uma análise do Reassentamento Novo Alagamar. 2019. 157 f. Monografia (Graduação em Agronomia) – Departamento de Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

BARROS, T. F. **Assistência técnica e extensão rural pública no Distrito Federal frente à proposta da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. 2016. 143 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente de Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, DF, 2010.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. de F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável**: enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília, DF, 2006.

CASTRO, C. N. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, v. 12, p. 49-59, jul.-dez. 2015.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. **Relatório da Comissão Especial Atingidos por Barragens**. Brasília, DF: CDDPH, 2010.

LETURCQ, G. **A diversidade dos atingidos por barragens no Brasil**. Trabalho apresentado ao II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens e I Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas, 2007. p. 250.

OLIVEIRA, P. C. F. **Extensão rural e interesses patronais no Brasil**: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974). 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

OLIVEIRA, S. B. de. **Das promessas às violações de direitos humanos**: um estudo de caso sobre o "Complexo do Castanhão" e a luta do Movimento dos Atingidos por Barragens no Ceará. 2018. 82 f. Monografia (Graduação em Direito) - Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

PAIVA, M. S. **A política nacional de assistência técnica e extensão rural e os desafios para sua efetivação no Escritório local da EMATER em Muriaé-MG**. 2012. 89 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

PEIXOTO, M. **A extensão privada e a privatização da extensão**: uma análise da indústria de defensivos agrícolas. 2009. 221 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil** – uma abordagem histórica da legislação. Brasília, DF: Consultoria legislativa do Senado Federal: Centro de Estudos, 2008.

PEREIRA, V. G. **Como a vida se refaz**: os caminhos da reterritorialização de atingidos pela barragem de Irapé no Alto Jequitinhonha. 2013. 241 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.

PETTAN, K. B. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)**: percepções e tendências. 2010. 393 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

RAZERA, A. **Assistência técnica e extensão rural e a articulação da oferta de políticas públicas de proteção e promoção social no campo**. 2013. 91 f. Monografia (Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social) – Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Brasília, DF, 2013.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

SANTOS, M. C. O conceito de "atingido" por barragens: direitos humanos e cidadania. **Revista Direito e Práxis**, v. 6, n. 2, p. 113-140, 2015.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. **Edital de credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural em áreas de assentamentos e reassentamentos do Estado do Ceará**. Fortaleza: SDA, 2019.

SILVA, R. G. S.; SILVA, V. P. Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do assentamento Olhos D'água em Uberlândia-MG. **Sociedade & Natureza**, v. 23, n. 3, p. 397-407, 2011.

THOMSON, C. R.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; BORSATTO, R. S. O histórico de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e os desafios impostos à sua consolidação na conjuntura política de 2017. **Retratos de Assentamentos**, v. 20, n. 1, p. 70-92, 2017.

VAINER, C. B. Conceito de "atingido": uma revisão do debate. **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: UFV, 2008. p. 39-63.